

Disciplina: **DIREITO AMBIENTAL** - Código: **DB440**

Pré-requisito:

Natureza: Obrigatória

Docente: Vera Karam de Chueiri

PROGRAMA:

1. PROPEDÊUTICA DO DIREITO AMBIENTAL

1.1 As diversas concepções de meio ambiente

1.2 As vertentes do pensamento ambientalista

1.2.1. correntes filosóficas antropocêntricas e biocêntricas;

1.2.2 orientações ideológicas decorrentes;

1.3 Histórico do tratamento jurídico do ambiente

1.3.1 Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano – Estocolmo/72;

1.3.2 Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio/92;

1.3.3 Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável na África do Sul – Rio+10

1.4 Autonomia, fontes e a interdisciplinaridade do Direito Ambiental 1.4.1 Direito Constitucional; Direito Administrativo; Direito Processual; Direito Internacional; Direito Urbanístico; Direito Tributário; Direito do Trabalho e da Seguridade Social; Direito Civil; Direito Econômico; Direito Penal;

1.5 Os princípios estruturantes do Direito Ambiental

1.5.1 princípio da prevenção, da precaução, da cooperação, da informação, da participação, do poluidor-pagador, do desenvolvimento sustentável, da responsabilidade, da soberania sobre os recursos naturais;

2 DIREITO AMBIENTAL INTERNACIONAL

2.1 A Proteção internacional do ambiente

2.1.1 OMC, ONU, UNESCO, FAO, globalização, neoliberalismo e o caráter transfronteiriço dos danos ambientais;

2.2 Tratados internacionais ratificados pelo Brasil

2.2.1 Tratado de Cooperação Amazônica, Convenção sobre o Direito do Mar, Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio, Convenção sobre a Mudança do Clima, Protocolo de Montreal, Protocolo de Quioto, Convenção da Diversidade Biológica, Protocolo de Biossegurança, entre outros;

3 DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO

3.1 Tratamento Constitucional

3.1.1 Repartição de competências (federalismo, competências legislativas e executivas, conflitos)

3.1.2 Ordem econômica e meio ambiente (livre iniciativa, direito de propriedade e função social)

3.1.3 O capítulo do meio ambiente (o meio ambiente ecologicamente equilibrado como bem jurídico e direito subjetivo, deveres do poder público e da sociedade, tríplice responsabilização por dano ambiental)

3.2 Bens Ambientais: Legislação Específica

3.2.1 Direitos difusos e bens ambientais

3.2.2 Fauna

3.2.3 Flora

- 3.2.4 Biodiversidade (Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, acesso ao patrimônio genético, direitos de propriedade intelectual e biossegurança)
- 3.2.5 Recursos hídricos
- 3.2.6 Zona costeira
- 3.2.7 Patrimônio cultural
- 3.2.8 Jazidas minerais, patrimônio arqueológico e espeleológico
- 3.3 Tutela Administrativa
 - 3.3.1 Poder de polícia e meio ambiente
 - 3.3.2 O Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA)
 - 3.3.3 Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente (padrões de qualidade ambiental, zoneamento, licenciamento, EPIA/RIMA, auditorias ambientais e sanções administrativas)
- 3.4 Tutela Civil
 - 3.4.1 Responsabilidade objetiva
 - 3.4.2 Dano ambiental e poluição
(visual, sonora, atmosférica, hídrica, do solo, genética, luminosa e outras)
 - 3.4.3 Instrumentos processuais (jurisdição civil coletiva, ação civil pública, ação popular e outras)
- 3.5 A relação jurídica de Direito Ambiental
 - 3.5.1 A multilateralidade das relações jurídicas ambientais
 - 3.5.2 Os sujeitos das relações jurídicas ambientais: direitos e deveres
- 3.6 Tutela Penal
 - 3.6.1 A Lei 9.605/98 e os crimes ambientais
 - 3.6.2 A Responsabilidade criminal das pessoas jurídicas
 - 3.6.3 Leis extravagantes

METODOLOGIA/PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS:

Aula expositiva. Seminários. Debates. Análise de casos.

AValiação:

Avaliação escrita. Participação nas discussões. Apresentação de seminários.

OBJETIVO(S):

O aluno deve ser capaz de compreender a propedêutica do direito ambiental, suas categorias chaves, a disciplina jurídica internacional e nacional, bem como sua relação com as demais áreas do direito.

BIBLIOGRAFIA:

ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito Ambiental. Rio de Janeiro: Lumen Juris.
BENJAMIN, Antonio Herman V (coord.). Dano ambiental: prevenção, reparação e repressão. São Paulo: Revista dos Tribunais.
CANOTILHO, J.J. Gomes. Proteção do ambiente e direito de propriedade: crítica da jurisprudência ambiental. Coimbra: Coimbra Editora.

COMPARATO, Fábio Konder. Os problemas fundamentais da sociedade brasileira e os direitos humanos. Para viver a democracia. São Paulo: Brasiliense.

FARIAS, Paulo José Leite. Competência Federativa e proteção ambiental. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris.

FIORILLO, Celso Antonio P. Curso de Direito Ambiental Brasileiro. São Paulo: Saraiva.

INSERGUET-BRISSET, Véronique. Prop iété publique et environnement. Paris: L.G.D.J.

JONAS, Hans. Le principe responsabilité : une éthique pour la civilisation technologique. Paris, Editions du Cerf.

LIMA, André. (org.) . O direito para o Brasil socioambiental. Por to Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro, São Paulo: Malheiros Editores.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Interesses difusos – conceito e legitimação para agir. São Paulo: Revista dos Tribunais.

MILARÉ, Edis. Direito do ambiente: doutrina, jurisprudência, glossário. São Paulo: Revista dos Tribunais.

MIRRA, Luiz Álvaro Valery. Impacto ambiental: aspectos da legislação brasileira. São Paulo : Editora Juarez de Oliveira.

NARDY, Afrânio. SAMPAIO, José Adércio Leite e WOLD, Chris. Princípios de direito ambiental. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2003.

REMOND-GOUI LLOUD, Mart ine. Du droit de détruire: essai sur le droit de l'environnement Paris, PUF.

SAMPAIO, Francisco José Marques. Evolução da responsabilidade civil e reparação de danos ambientais. Rio de Janeiro: Renovar.

SILVA, José Afonso. Direito Ambiental Constitucional. São Paulo: Malheiros.

SIRVINSKAS, Luis Paulo. Manual de Direito Ambiental. São Paulo: Saraiva, 2004.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. Direitos humanos e meio ambiente: paralelo dos sistemas de proteção internacional. Porto Alegre: Sergio Fabris.